



Conselho Nacional de Justiça

Autos:	ATO NORMATIVO - 0002324-55.2021.2.00.0000
Requerente:	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
Requerido:	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

EMENTA

PROPOSTA DE ATO NORMATIVO. RESOLUÇÃO. DESTINAÇÃO DE VALORES ORIUNDOS DE PENA DE MULTA, PERDA DE BENS E VALORES E DE PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS DECORRENTES DE CONDENAÇÕES CRIMINAIS. UNIFICAÇÃO DAS NORMAS DO CNJ. REVOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES CNJ N. 154/2012 E N. 356/2020. REGULAMENTAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE BENS E VALORES DECORRENTES DE ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA, DE LENIÊNCIA E DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.



Conselho Nacional de Justiça

Autos:	ATO NORMATIVO - 0002324-55.2021.2.00.0000
Requerente:	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
Requerido:	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

RELATÓRIO

**O EXMO. SR. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
(CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA):**

Cuida-se de proposta de ato normativo que visa a unificar as normas do Conselho Nacional de Justiça referentes à gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, com acréscimo de diretrizes para a destinação de bens e valores oriundos de acordos de colaboração premiada, de leniência e de cooperação internacional, no âmbito do Poder Judiciário.

É o relatório.



Conselho Nacional de Justiça

Autos:	ATO NORMATIVO - 0002324-55.2021.2.00.0000
Requerente:	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ
Requerido:	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, (Relator):

2. É de longa data a preocupação do CNJ com a correta utilização de recursos oriundos da pena restritiva de direitos de prestação pecuniária, penas de multa e destinação de bens perdidos ou apreendidos em procedimentos criminais.

Nesse desiderato, e com o propósito de aprimorar a destinação de recursos e agregar credibilidade à execução de penas não privativas de liberdade, este Conselho aprovou a Resolução n. 154/2012, que instituiu a “política institucional do Poder Judiciário na utilização dos

recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária”, a qual significou um importante passo na transparência e publicidade da utilização desses valores.

Na mesma linha de desígnios, o CNJ aprovou a Resolução n. 356/2020, que dispõe sobre a “alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais”. Tal ato normativo teve entre suas finalidades ajustar as práticas do Poder Judiciário aos princípios constitucionais da Administração Pública, sobretudo o da eficiência e da duração razoável do processo.

Ademais, na Resolução n. 356/2020, foram contempladas as disposições da Lei Complementar nº 79/1994 e da Lei nº 13.756/2018, bem como as alterações promovidas pela Lei n. 13.840/2019 e pela Lei n. 13.886/2019, quanto à gestão de ativos apreendidos em processos criminais, tendo sido abraçadas, também, como fonte de inspiração as diretrizes previstas no Manual de Orientações sobre Recolhimentos de Receitas e do Manual de Orientação para Avaliação e Alienação Cautelar e Definitiva de Bens, ambos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Desse modo, tendo em vista a estreita conexão das matérias disciplinadas por ambas as resoluções, mostra-se conveniente e oportuna a unificação das normas em um único ato.

3. Para além disso, ganharam grande relevância no cenário judicial brasileiro indagações acerca da destinação de bens e valores oriundos de acordos de colaboração premiada, de leniência e de cooperação internacional, matéria na qual o CNJ não havia ainda se debruçado.

Mostra-se necessário que o CNJ discipline a matéria, sobretudo porque algumas práticas judiciais foram consideradas ilegais e inconstitucionais por decisões proferidas na ADPF 569 e na ADI 5.388, pelo em. Ministro ALEXANDRE DE MORAES. As impugnações manejadas nas referidas ações tinham como alvo a destinação de valores arrecadados em acordos de colaboração premiada, regidos pela Lei n. 12.850/2013, e restituições e sanções análogas no âmbito de crimes financeiros e lavagem de capitais, regidas pela Lei n. 9.613/1998. Associado a isso, também foram objeto de impugnação nas referidas ações os termos do “Acordo de Assunção de Compromissos homologados pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, relacionado ao *Non Prosecution Agreement* firmado entre a Petrobras e autoridades norte-americanas”.

Nesse passo, portanto, propomos a aprovação da presente Resolução, com a finalidade de unificar as disposições até agora previstas nas Resoluções CNJ n. 154/2012 e n. 356/2020, com o acréscimo da disciplina referente à destinação de bens e valores oriundos de acordos de colaboração premiada, de leniência e de cooperação internacional.

4. Quanto às duas primeiras matérias já disciplinadas pelo CNJ, mantivemos as diretrizes consagradas nos atos normativos que ora se propõe a unificação, com pequenas modificações a título de atualização e aprimoramento que se nos afiguraram necessários.

O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ) apresentou substanciais sugestões para a regulamentação da matéria, que foram, em boa parte, acolhidas nesta proposta de ato normativo.

5. No tocante ao alcance da normativa apresentada, entendemos por bem manter os lindes traçados na ADPF 569 e na ADI 5.388 pelo Supremo Tribunal Federal, vale dizer, circunscrever a regulamentação ao microsistema de combate à corrupção, sem tanger cenário próprio da baixa criminalidade – contravenções penais e crimes de menor e médio potencial ofensivo, em relação aos quais incidem as soluções despenalizadoras da transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.

Tal solução, aliás, foi textualmente abraçada em decisão proferida no dia 27/03/2022, pelo em. Ministro ALEXANDRE DE MORAES na ADPF 569 e na ADI 5.388, à vista de pedidos de esclarecimentos apresentados pelo TSE e pelo STJ. Além disso, as prestações pecuniárias decorrentes de condições assumidas pelo réu ou investigado em propostas de transação penal (art. 76, *caput*, da Lei n. 9.099/95), suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei n. 9.099/95) e acordo de não persecução penal (art. 28-A, inciso IV, do CPP) é tema ainda não pacificado na jurisprudência dos tribunais^[1] e é tratado de forma relativamente consensual entre Ministério Público e Poder Judiciário, segundo informações colhidas de tribunais diversos.

6. Posteriormente ao início da sessão virtual de julgamento, o em. Conselheiro João Paulo Schoucair encaminhou ao gabinete da Corregedoria Nacional sugestões e nota técnica apresentadas pela CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – e pelo CNPG – Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais –, que são, agora, parcialmente acolhidas e incorporadas ao texto.

7. À vista do exposto, voto pela **aprovação** do ato normativo, cuja minuta ora se apresenta.

É o voto.

Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**
Corregedor Nacional de Justiça

[1] AREsp 2.419.790. Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 06/02/2024.



RESOLUÇÃO N. XXX DE XX DE XXXX

Estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional, no âmbito do Poder Judiciário, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a Resolução nº 101, de 15 de dezembro de 2009, deste Conselho, que definiu a política institucional do Poder Judiciário na execução de penas e medidas alternativas à prisão;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar de forma estreita as destinações, controle e aplicação de valores oriundos de penas pecuniárias, espécie de pena restritiva de direitos, inclusive para incremento de confiabilidade geral no sistema penal, assegurando a publicidade e transparência na destinação dos aludidos recursos;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar nº 79/1994 e da Lei nº 13.756/2018, bem como as alterações promovidas pela Lei nº 13.840/2019 e pela Lei nº 13.886/2019, quanto à gestão de ativos apreendidos em processos criminais;

CONSIDERANDO as disposições da Lei n. 12.850/2013, Lei n. 9.613/1998, Lei n. 11.343/2006;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor disciplinar a destinação de bens e valores oriundos de colaboração premiada, acordos de leniência e de cooperação internacional;

CONSIDERANDO as disposições do Manual de Orientações sobre Recolhimentos de Receitas e do Manual de Orientação para Avaliação e Alienação Cautelar e Definitiva de Bens, ambos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP);

CONSIDERANDO a necessidade de se efetivar a alienação em caráter cautelar e, com isso, evitar a deterioração e a consequente perda de valor econômico dos ativos apreendidos;

CONSIDERANDO o encargo dos magistrados, juizes de primeiro ou segundo grau, em cada caso, de prover protecao, manutencao e oportuna restituicao ou destinacao desses bens;

CONSIDERANDO a necessidade de unificacao da normatizacao sobre destinacao de valores oriundos de pena de prestacao pecuniaria, alienacao de bens apreendidos em procedimentos criminais, antes reguladas pela Resolucao CNJ n. 154/2012 e Resolucao CNJ n. 356/2020, bem como de bens e valores oriundos de colaboracao premiada, acordos de leniencia e de cooperacao internacional;

CONSIDERANDO as decisoes proferidas pelo Supremo Tribunal Federal na Acao Direta de Inconstitucionalidade n° 3150/DF e na Acao Direta de Inconstitucionalidade n° 2935/ES;

CONSIDERANDO a decisao cautelar proferida na Arguicao de Descumprimento de Preceito Fundamental de Preceito Fundamental n° 569/DF, em tramite no Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO o Acordo de Cooperacao Tecnica celebrado em agosto de 2020, sob a coordenacao do Supremo Tribunal Federal, pelo Ministerio Publico Federal (MPF), Controladoria Geral da Uniao (CGU), Advocacia Geral da Uniao (AGU), Ministerio da Justica e Seguranca Publica (MJSP) e Tribunal de Contas da Uniao (TCU) em materia de combate a corrupcao no Brasil, especialmente em relacao aos acordos de leniencia da Lei n° 12.846, de 2013;

CONSIDERANDO, por fim, a decisao do plenario do Conselho Nacional de Justica, tomada no julgamento do Ato n. 0002324-55.2021.2.00.0000, na xxx Sessao Ordinaria/Extraordinaria, realizada em xxxxx de xxxx;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Das Disposicoes Gerais

Art. 1º A gestao e destinacao de valores e bens oriundos de pena de multa, de perda de bens e valores, inclusive por alienacao antecipada de bens apreendidos, sequestrados ou arrestados, de condenacoes a prestacoes pecuniarias em procedimentos criminais, de colaboracao premiada, acordos de leniencia e acordos de cooperacao internacional, no ambito do Poder Judiciario, observarao as disposicoes legais aplicaveis e as diretrizes previstas nesta Resolucao.

Art. 2º O manejo e a destinacao dos bens e recursos, que sao publicos, serao norteados pelos principios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiencia, e demais principios que regem a Administracao Publica.

CAPÍTULO II

Da Pena de Multa

Art. 3º A pena de multa consiste na obrigacao de pagamento de quantia em dinheiro fixada em sentenca penal condenatoria, aplicada de

modo autônomo ou cumulativo a uma pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, e destinada ao Fundo Penitenciário Nacional, criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, ou ao Fundo Penitenciário da respectiva Unidade da Federação, a depender da competência para os crimes julgados, conforme requerimento do Ministério Público, nos termos do art. 49 do Código Penal.

§ 1º Transitada em julgado a sentença condenatória, o Juízo competente para a Execução Penal intimará o Ministério Público para, em observância ao rito e aos prazos da Lei n. 6.830/1980, promover a execução da multa por meio judicial ou mediante protesto extrajudicial, observado o procedimento descrito pelos artigos 164 e seguintes da Lei de Execução Penal, bem como a Recomendação CNMP n. 99/2023.

§ 2º Em caso de recolhimento de qualquer valor a título de fiança no curso do mesmo processo, depois do pagamento das custas, da indenização do dano e da prestação pecuniária, a quantia será abatida na multa, com a cobrança apenas do restante, se houver.

§ 3º O disposto neste artigo não prejudica a destinação prevista em legislação penal especial.

§ 4º Na aplicação deste artigo serão observadas as disposições legais e regulamentares do CNJ acerca da cobrança de dívidas fazendárias de pequeno valor, bem como a jurisprudência dominante sobre a viabilidade de extinção da punibilidade independentemente de pagamento da multa penal, quando comprovada a impossibilidade de fazê-lo.

CAPÍTULO III

Das Prestações Pecuniárias decorrentes de condenação criminal

Art. 4º Para fins desta Resolução, a prestação pecuniária corresponde a uma pena restritiva de direitos e consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz.

Art. 5º Na execução da pena de prestação pecuniária, os valores pagos deverão ser recolhidos em conta judicial vinculada à unidade gestora, com movimentação apenas mediante determinação judicial, vedado o recolhimento em espécie em cartório ou secretaria.

Art. 6º Nos casos em que a destinação de valores couber ao Poder Judiciário, os recursos oriundos de prestação pecuniária, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora.

§ 1º A receita da conta vinculada deverá financiar projetos apresentados pelos beneficiários citados no *caput* deste artigo, priorizando-se o repasse desses valores aos beneficiários que:

I – mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública, especialmente aquelas organizações sociais inseridas em contexto de extrema pobreza;

II – atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade;

III – sejam parceiros ou integrantes do Programa Novos Caminhos/ CNJ (Resolução CNJ n. 543/2024), ou de programa similar de apoio à desinstitucionalização de crianças e adolescentes acolhidos e a egressos de unidades de acolhimento;

IV - prestem serviços de maior relevância social;

V - apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas;

VI – realizem atividades que visem a garantia de direitos de adolescentes após o cumprimento de medida socioeducativa e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça;

VII – executem projetos de prevenção e/ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa no sistema criminal, inclusive para pessoas em execução penal em meio aberto, pré-egressas e egressas;

VIII – se dediquem ao fortalecimento do serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei, especialmente por meio da Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) ou equipe conectora;

IX – atuem em projetos temáticos sobre o uso de álcool e outras drogas, desenvolvidos por entidades devidamente registradas nos órgãos públicos de controle competentes e que adotem metodologias compatíveis com a Lei nº 10.216/2001 e a Resolução CNJ nº 487/2023 e desde que se respeitem a voluntariedade e as diversidades culturais, religiosas e de crença das pessoas envolvidas, com prioridade ao atendimento na Rede da Atenção Psicossocial.

§ 2º A receita da conta vinculada também poderá financiar projetos específicos apresentados pelo Poder Público da União, dos estados ou dos municípios, nas hipóteses descritas no *caput* deste artigo.

Art. 7º É vedada a destinação de recursos para:

I – custeio das instituições do Sistema de Justiça, inclusive Poder Judiciário e Ministério Público e a Defensoria Pública;

II – promoção pessoal de membros e servidores de quaisquer dos poderes, do Ministério Público, da Defensoria Pública ou integrantes das entidades beneficiadas;

III – pagamento de remuneração fixa por cargos de gestão e direção aos membros da diretoria das entidades beneficiadas, podendo estes receber apenas pelas horas prestadas na execução direta da atividade fim do projeto, desde que devidamente comprovadas;

IV – fins político-partidários;

V – entidades que não estejam regularmente constituídas há mais de 01 (um) ano;

VI – entidades que condicionem ou vinculem o serviço prestado à conversão religiosa ou ao exercício de atividades de cunho religioso;

VII – entidades cujos membros, sócios, associados ou dirigentes sejam o magistrado ou o membro do Ministério Público vinculado à unidade judicial competente para a disponibilização de recursos, ou seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.

Parágrafo único. Também não poderão ser destinados recursos a entidades públicas ou privadas:

a) em que membros ou servidores do Tribunal ou do respectivo Ministério Público ou da respectiva Defensoria Pública tenham qualquer ingerência, ainda que informal, na constituição ou administração da entidade ou na utilização de receitas, mesmo que para fins de patrocínio de eventos, projetos ou programas alinhados a metas institucionais;

b) de cujas atividades possa decorrer, de qualquer forma e mesmo que indiretamente, promoção pessoal de membros ou servidores do Poder Judiciário ou do Ministério Público, ou de seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.

Art. 8º Cabe à unidade gestora encaminhar para a instituição financeira estadual ou federal os dados do processo, entendidos como número da autuação, comarca, vara e nome do réu, para a realização do depósito judicial, que será feito pelo cumpridor, na forma e periodicidade fixada pelo juízo, se em mais de uma prestação.

Art. 9º O manejo e a destinação desses recursos, que são públicos, serão norteados pelos princípios constitucionais da Administração Pública, e condicionados à adequada prestação de contas perante a unidade gestora, sob pena de responsabilidade.

Art. 10. O credenciamento das entidades públicas ou privadas e dos respectivos projetos a serem custeados pelos valores oriundos das penas de prestações pecuniárias será realizado por meio de editais públicos, com ampla divulgação e obedecendo aos princípios citados no artigo anterior, além das diretrizes contidas nos artigos 6º e 7º desta Resolução.

Art. 11. Os tribunais poderão criar nas suas estruturas administrativas internas comitês ou instância específica, ou designar órgãos já existentes, para fazer o credenciamento geral e periódico de entidades aptas a serem beneficiadas pelos recursos decorrentes de penas de prestação pecuniária, com a construção de lista disponível a

todas as varas com competência criminal, a fim de facilitar a escolha e a destinação equitativa dos valores, considerados critérios de pluralidade e impacto social.

§ 1º Os órgãos ou comitês citados no *caput* poderão contar com participação de membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da sociedade civil, na forma regulamentada por cada tribunal, além do apoio da equipe multidisciplinar.

§ 2º O Grupo de Monitoramento e Fiscalização será convidado a participar do órgão ou comitê acima referido, com a possibilidade de indicar membro para integrá-lo.

§ 3º Nos tribunais em que não haja comitê específico ou órgão designado, a elaboração dos editais e o posterior credenciamento ficarão a cargo das varas responsáveis pela execução da pena de prestação pecuniária, com a supervisão da Corregedoria do Tribunal, conforme a regulamentação interna do tribunal.

Art. 12. Os tribunais divulgarão periodicamente em seus sítios eletrônicos e com acesso público o montante dos valores arrecadados a título de pena de prestação pecuniária e as entidades e projetos favorecidos.

Art. 13. As entidades beneficiadas prestarão contas da utilização dos valores na forma contida nos editais de credenciamento e ficam implicadas, enquanto pessoas físicas ou jurídicas, nas sanções administrativas, civis ou penais decorrentes do uso inadequado dos valores recebidos, assim considerado:

I - o extravio de valores;

II - o pagamento a pessoas, por bens ou por serviços diversos dos constantes no convênio realizado com o tribunal, salvo quando autorizado previamente por este, em situações excepcionais devidamente registradas no ato da prestação de contas;

III - a modificação do escopo e público-alvo do projeto, salvo quando autorizado previamente pelo Tribunal, em situações excepcionais devidamente registradas no ato da prestação de contas.

Parágrafo único. A homologação da prestação de contas ocorrerá na forma disciplinada por cada tribunal, ouvidos a equipe multidisciplinar que atua junto ao juízo competente para a execução da medida de prestação pecuniária, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o órgão ou comitê específico de que trata o art. 11, onde houver.

Art. 14. Caberá aos Tribunais, no prazo de 6 (seis) meses, contados da publicação desta Resolução, regulamentar:

I – os procedimentos atinentes à elaboração e à publicação de editais para cadastramento, apresentação e aprovação de projetos de entidades públicas ou privadas com destinação social, interessadas em executar ações a que se destinam os valores da medida de prestação pecuniária;

II – a forma de publicidade a ser adotada pelo Tribunal, para garantir a transparência da regulamentação e da destinação de valores;

III – a forma de prestação de contas pelas entidades conveniadas perante a unidade gestora;

IV – outras condições, eventualmente necessárias, observadas as peculiaridades locais.

CAPÍTULO IV

Da Perda de Bens e Valores

Seção I

Da Perda de Bens e Valores como Efeito da Condenação e Provenientes de Acordo de Colaboração Premiada

Art. 15. A perda de bens, valores e ativos que sejam produtos, proveito ou instrumentos do crime consiste em efeito secundário da condenação penal, previsto nos arts. 91 e 91-A do Código de Processo Penal e na legislação penal especial.

Art. 16. Os valores que sejam produto ou proveito do crime e os recursos provenientes da alienação de bens e direitos cuja perda tenha sido decretada serão destinados ao **Fundo Penitenciário Nacional ou Estadual, ouvido o Ministério Público**, conforme art. 91 do Código Penal, art. 133, §2º, do Código de Processo Penal e art. 2º, IV, da Lei Complementar nº 79/1994.

Art. 17. Os valores ou bens provenientes de acordo de colaboração premiada (art. 4º, inciso IV, da Lei n. 12.850/2013) serão destinados à União, caso não haja vinculação legal expressa e ressalvado o interesse de outras entidades lesadas.

Art. 18. Haverá perda dos bens, direitos e valores relacionados, direta ou indiretamente, à prática dos crimes previstos na Lei nº 9.613/1998, em favor da União - e dos Estados, nos casos de competência da Justiça Estadual -, observado o disposto no art. 7º, inciso I, e § 1º da referida Lei.

Art. 19. Os bens, direitos ou valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados na Lei nº 11.343/2006, **ouvido o Ministério Público**, serão revertidos ao Fundo Nacional Antidrogas, conforme o disposto no art. 63, I e §1º, da referida Lei nº 11.343/2006 e no art. 4º da Lei nº 7.560/1986.

Art. 20. Os recursos provenientes de bens móveis e imóveis apreendidos ou sequestrados em decorrência das atividades criminosas perpetradas por milicianos serão destinados, **ouvido o Ministério Público**, ao Fundo Nacional de Segurança Pública, em atenção ao art. 3º da Lei nº 13.756/2018.

Art. 21. A destinação dos produtos e instrumentos de crimes ambientais observará o disposto no art. 25 da Lei nº 9.605/1998.

Art. 22. Nos autos em que existam bens e ativos apreendidos ou que sejam objeto de medida assecuratória, cabe ao juízo com competência criminal:

I – manter, desde a data da efetiva apreensão, arresto ou sequestro, rigoroso acompanhamento do estado da coisa ou bem, diretamente ou por depositário formalmente designado, sob responsabilidade;

II – ordenar o registro e averbações necessárias dos bens apreendidos, arrestados ou sequestrados nos respectivos órgãos de registro, nos termos dos arts. 837 e 844 do Código de Processo Civil e do §12 do art. 61 da Lei nº 11.343/2006, alterada pela Lei nº 13.840/2019;

III – intimar o Ministério Público para realizar busca ativa e restituição do bem apreendido à vítima, quando cabível e na medida das possibilidades;

IV – providenciar, no prazo de trinta dias contados da apreensão, ouvido o Ministério Público, arresto ou sequestro de bens, a alienação antecipada dos ativos apreendidos em processos criminais, nos termos do §1º do art. 61 da Lei nº 11.343/2006, alterada pela Lei nº 13.840/2019;

V – decidir, no prazo de trinta dias contados da apreensão, arresto ou sequestro de bens, ouvido o Ministério Público, sobre o cabimento da alienação antecipada dos bens e ativos apreendidos ou que sejam objeto de medida assecuratória, nos termos do art. 144-A do CPP;

VI – determinar o depósito das importâncias de valores referentes ao produto da alienação, ou relacionados a numerários apreendidos ou que tenham sido convertidos, desde que sujeitos a perdimento em favor da União;

VII – determinar, ouvido o Ministério Público, a devida destinação dos valores depositados em contas vinculadas ao juízo, antes do arquivamento dos autos; e

VIII – registrar expressamente na sentença a existência da decretação do perdimento dos bens móveis e imóveis, bem como a apreensão de bens, direitos e valores, quando relacionados a atividades criminosas perpetradas por milicianos ou relacionadas ao tráfico de drogas.

Art. 23. O produto da alienação depositado em conta vinculada ao juízo, após a decisão condenatória final do processo ou conforme dispuser lei específica, será convertido em renda para a União, observando-se a sistemática e os códigos de recolhimento divulgados no portal eletrônico do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 24. Em caso de alienação ou destinação de veículos automotores, o juízo deverá providenciar, antes da entrega do bem, a baixa de eventual registro de bloqueio no Sistema Renajud, caso tenha sido efetivado.

Art. 25. A alienação antecipada de ativos será realizada preferencialmente por meio de leilões unificados, que poderão ser organizados pelo próprio juízo ou por centrais de alienação criadas para tal fim, na primeira e na segunda instâncias, ou ainda por meio de

adesão a procedimento de alienação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

§ 1º Os tribunais poderão criar cadastro de pessoas físicas ou jurídicas administradoras de bens, com comprovada experiência na área de gestão do bem ou estabelecimento empresarial apreendido, visando sua gestão até a alienação pelo Poder Judiciário, ou aderir ao procedimento do órgão gestor de ativos pertencente à estruturado Ministério da Justiça e Segurança Pública com essa finalidade.

§ 2º Optando o juízo pelo encaminhamento dos bens e ativos apreendidos ou sobre os quais recaia alguma medida assecuratória para alienação pelo MJSP, esta será conduzida por leiloeiros contratados por aquele Ministério, aptos a leiloar todos os tipos de ativos, incluindo bens imóveis, ativos biológicos e fundos de comércio, após gestão empresarial executada por profissionais indicados pelo Conselho Federal de Administração ao Poder Judiciário, por intermédio de acordo firmado pelo MJSP.

§ 3º Enquanto não houver a integração entre sistemas do Poder Judiciário e do MJSP, a utilização dos leiloeiros, e de acordos firmados com outras instituições, deverá ser solicitada ao MJSP, mediante o preenchimento, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do formulário de peticionamento eletrônico denominado "SENAD: Pedido Judicial de Alienação de Bens Apreendidos".

§ 4º Aderindo o juízo ao procedimento de alienação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o envio de documentos ao MJSP ocorrerá mediante peticionamento eletrônico no SEI, devendo observar o Manual de Orientações sobre Recolhimentos de Receitas Relacionadas a Fundos Geridos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, disponibilizados na página do MJSP na internet.

Art. 26. O juízo deverá determinar, no ato do perdimento ou antes do encaminhamento dos bens à alienação, independentemente se por meio da central de alienação ou do MJSP, as seguintes providências:

I – às Secretarias de Fazenda e aos órgãos de registro e controle, que efetuem as averbações necessárias, caso não tenham sido realizadas quando da apreensão;

II – aos cartórios de registro de imóveis, ao proferir a sentença em que determine o perdimento, que realizem o registro da propriedade em favor da União, nos termos do *caput* e do parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal, afastada a responsabilidade de terceiros prevista no inciso VI do *caput* do art. 134 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional); e

III – à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, ao proferir a sentença em que determine o perdimento, que proceda à incorporação e entrega do imóvel, tornando-o livre e desembaraçado de quaisquer ônus para sua destinação.

Parágrafo único. Na decisão ou sentença de que trata o *caput*, deverá constar de forma destacada que eventuais multas, encargos ou tributos pendentes de pagamento não podem ser cobrados do arrematante ou do órgão público alienante como condição para regularização dos bens, sem prejuízo de execução fiscal em relação ao antigo proprietário.

Art. 27. A consulta ao MJSP, em atenção ao art. 62, § 1º-A, da Lei nº 11.343/2006, quanto às indicações de órgãos de polícia judiciária, militar e rodoviária que poderão fazer uso de bens apreendidos, deverão ser feitas diretamente no sítio eletrônico do MJSP, na internet.

Seção II

Da Pena Restritiva de Perda de Bens e Valores

Art. 28. Os bens e valores cuja perda decorra de pena restritiva de direitos prevista no art. 43, II, do Código Penal, serão destinados, **ressalvada a legislação penal especial**, ao Fundo Penitenciário Nacional, nos termos do art. 45, §3º, do mencionado Código.

CAPÍTULO V

Do Acordo de Leniência

Art. 29. Os recursos decorrentes de acordos de leniência firmados no âmbito da responsabilização judicial prevista no art. 19 da Lei nº 12.846/2013 têm natureza indenizatória, cabendo ao juízo zelar para que sejam destinados ao ressarcimento do ente público lesado.

Art. 30. Os recursos decorrentes de acordos de leniência firmados com fundamento no art. 20 da Lei nº 12.846/2013 têm natureza sancionatória, cabendo ao juízo zelar para que sejam destinados à União.

Art. 31. A destinação dos recursos decorrentes de acordo de leniência, em qualquer hipótese, ocorrerá após a necessária instrução probatória, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VI

Do Acordo de Cooperação Internacional

Art. 32. Aplicam-se as disposições dos capítulos anteriores aos acordos de cooperação internacionais, conforme a natureza jurídica dos bens e valores que sejam por eles obtidos.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 33. Esta Resolução não se aplica a prestações pecuniárias, bens e valores depositados, apreendidos ou renunciados como condição para celebração de transações penais, suspensão condicional do processo e acordos de não persecução penal.

Art. 34. Em quaisquer hipóteses de destinação de bens e valores à União previstas nesta Resolução, fica vedada a sua distribuição de

maneira vinculada, estabelecida ou determinada pelo Ministério Público, por termos de acordo firmado entre este e o responsável pagador, ou por determinação do órgão jurisdicional em que tramita o procedimento.

Art. 35. O Corregedor Nacional de Justiça apreciará as questões controvertidas ou proposições decorrentes da aplicação desta Resolução, podendo editar instruções complementares e sobre elas deliberar.

Art. 36. Ficam revogadas a Resolução CNJ nº 154/2012 e a Resolução CNJ nº 356/2020.

Art. 37. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Luís Roberto Barroso
Presidente